

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.915 - MG (2019/0224491-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **JOSÉ DONIZETE BUENO JUNIOR**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVADO : **EVA MARIA DE JESUS**
AGRAVADO : **JOSÉ BENEDITO DE SOUZA**
ADVOGADO : **BENEDITO FLORIVALDO BUENO DE SALLES - MG001688A**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA E OUTRO(S) - MG079757**
YARA MARQUES - MG126480
SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698N
FABIANA VANESSA DE FARIA - MG120534
NAYARA SANTANA PEREIRA - MG150393
HELENA PATRICIA FREITAS - MG079760
FERNANDA COELHO CARDOSO - MG145849
SIMONE TORRES DA ROCHA - MG156275

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ DONIZETE BUENO JUNIOR contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - GERENTE QUE FORNECE CÓPIA DE CONTRATO DIVERSO, DE TITULARIDADE DE TERCEIRO, NO MOMENTO DA CELEBRAÇÃO - DEPÓSITO EM DINHEIRO REALIZADO COM BASE NOS DADOS CONSTANTES DO CONTRATO APRESENTADO PELO BANCO - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONFIGURADA - DANOS MORAIS E MATERIAIS DEMONSTRADOS.

Configura falha na prestação de serviço, passível de indenização, o fornecimento ao consumidor, no momento da celebração de contrato de abertura de conta, de cópia de instrumento diverso daquele por ele, consumidor, firmado, referente à outra conta de titularidade de terceiro, induzindo a erro o consumidor no momento da realização de depósito bancário na conta recém-aberta. A indenização por dano moral deve ser arbitrada segundo o prudente arbítrio do julgador, sempre com moderação, observando-se as peculiaridades do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que o quantum arbitrado se preste a atender ao caráter punitivo da medida e de recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima. V.V. O mandatário é obrigado a aplicar toda sua diligência habitual na execução do mandato e a indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente (artigo 667 do Código Civil)"(e-STJ fl. 237).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos artigos 186, 884 e 927 do Código Civil e 374 do Código de Processo Civil de 2015.

Superior Tribunal de Justiça

Postula pelo afastamento da condenação ao pagamento de danos materiais, por ausência de ato ilícito e por falta de comprovação da culpa.

Sem contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, resultando daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No caso vertente, o tribunal de origem reformou a sentença para condenar os réus, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos materiais, com base nos seguintes fundamentos:

"Peço vênua ao eminente Relator, Desembargador Luiz Carlos Gomes da Mata, para dele divergir, considerando que o banco réu, em sua defesa, não impugnou a alegação dos autores no sentido de que, no momento da abertura da conta, foi a eles fornecida pelo gerente cópia de contrato diverso, referente à outra conta bancária, de titularidade do segundo réu, José Donizete Bueno Júnior, cópia essa, inclusive, apresentada pelos autores juntamente com a inicial (folhas 46/46v°).

Nota-se, da contestação de folhas 93/103, que o banco réu alega apenas que o equívoco na realização do depósito se deu por culpa da própria parte autora, posto que 'as informações de número de conta e agência foram fornecidos pela mesma para a realização do depósito'.

Ocorre que quem forneceu os dados equivocados para a realização do depósito foi o próprio gerente do banco réu, por meio da mencionada cópia do contrato firmado por um terceiro (segundo réu), podendo-se afirmar, assim, que os autores foram induzidos a erro pelo preposto do banco réu.

O primeiro autor realizou o depósito com base nos dados que constavam da cópia do contrato que lhe foi entregue, logo após a abertura da conta, acreditando, por óbvio, que tais dados referiam-se à conta de titularidade da segunda autora.

De se ressaltar que a segunda autora é analfabeta (folhas 34) e o primeiro autor, lavrador de origem humilde, é semianalfabeto, pois não escreve, a não ser o próprio nome, e lê com dificuldades e limitações, isso que agrava ainda mais a falha cometida pelo banco réu ao entregar o contrato errado para os autores, já que, em razão da condição deles, autores, o cuidado pelo banco réu deveria ser redobrado.

Assim, configurada a falha na prestação de serviços pelo banco réu, resta evidente o seu dever de indenizar os autores pelos danos materiais sofridos.

E essa condenação deve ser solidária, sob pena de enriquecimento ilícito do réu José Donizete Bueno Júnior"(e-STJ fls. 241-242).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, a modificação do entendimento adotado pelo órgão colegiado demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

